



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO

PROCESSO SELETIVO — TURMA 2021
CURSO DE MESTRADO

COMUNICAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS DA INSERÇÃO
DOS IMIGRANTES E AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS/SC.

CPF: 011.512.869-74

LINHA DE PESQUISA 2: Informação, Memória e Sociedade.

COMUNICAÇÃO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS DA INSERÇÃO DOS IMIGRANTES E AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS/SC.

RESUMO:

Por acreditar que a escola tem função social na formação dos sujeitos, a pesquisa a ser realizada tem por finalidade investigar os desafios da mediação da informação na inserção dos imigrantes e as nas relações interétnicas na Educação Infantil. A inserção nesse sentido, não se refere apenas as crianças, mas também as famílias os considerando sujeitos ativos e participativos nesse processo educativo. Deste modo, busca-se por meio de revisões bibliográficas e pesquisa de campo contribuições para a reflexão sobre as concepções e prática pedagógica mediadoras da aprendizagem.

Palavras-chave: Mediação da informação; Imigrantes; Educação Infantil.

JUSTIFICATIVA

Ao lecionar na Educação Infantil do Município de Florianópolis/SC é possível observar a frequentemente a matrícula de crianças estrangeiras na rede municipal de ensino. Nas regiões praieiras da ilha é comum ver crianças e famílias latino-americanas, já nas unidades do centro da capital e seus entornos é possível encontrar diversas nacionalidades em busca de vaga para matricular suas crianças.

Partindo disso, após observar e refletir sobre essas questões, percebe-se então a necessidade de aprofundar discussões e pesquisas a respeito deste assunto. Portanto, por meio do projeto de pesquisa busca-se diligenciar-se, reflexão sobre prática docente e as orientações para a mediação da informação na inclusão desses imigrantes para além do contexto educacional.

Diferenciando-se da forma rotineira de pensar, o pensamento reflexivo é estimulado por um estado de dúvida, que leva a um ato de pesquisa; guarda, portanto, ligações diretas com o reconhecimento da necessidade de informação e as habilidades que permitem sua localização, avaliação e utilização [...] (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017, p. 09)

Acredita-se que, assim como a compreensão e a fala do idioma possam ser entrave para o sistema de comunicação e informação entre profissionais da unidade educativa, crianças e famílias imigrantes, possam existir outros fatores que interfiram na prática educativa, que garanta de fato, um atendimento de qualidade, assim como, o pleno desenvolvimento para a construção da vida social.

Posto isto, cabe também o estudo para conhecer a fundo as políticas públicas de acolhimento e permanência propostas pelo Município/Estado no que refere a educação, para assim, identificar dificuldades encontradas pelas crianças e famílias imigrantes e os profissionais das unidades educativas nas relações interétnicas e pedagógicas.

Tratando aqui especificamente sobre a Educação Infantil, evidencia-se que a mesma é a primeira etapa da educação básica e compete às instituições oferecerem atendimento de qualidade, garantindo o desenvolvimento integral das crianças e assegurando suas especificidades.

Isso significa que é preciso considerar as instituições de Educação Infantil como resultado de uma construção social, onde as contradições e os conflitos se manifestam através dos sujeitos (adultos e crianças) que cotidianamente nela se inter-relacionam, com suas identidades e pertencimentos diversos (étnico-raciais, de gênero, de classe, entre outros). (PASSOS, 2012, p. 116)

Faz-se necessário uma prática pedagógica que proporcione momentos que favoreçam a aprendizagem significativa, contemplando as relações sociais e culturais na perspectiva de inclusão. “Consequentemente, não se trata de compreender o outro com o objetivo de trazê-lo para os próprios referenciais, na busca de totalizá-lo, mas de oportunizar contato, troca, sem diluição das fronteiras”. (GUIMARÃES, 2012, p. 90)

Para tal, é importante estabelecer relações entre comunidade escolar, unidade educativa e famílias, para além da sala de aula. Não basta apenas inserir a criança nesse contexto, mas inserir também a família, estabelecendo efetivamente relações sociais a fim de conhecer esses sujeitos em suas totalidades, considerando os processos históricos de suas vivências e

experiências, podendo assim, favorecer um espaço que valorize a cultura dos sujeitos envolvidos.

Neste caminho, indagamos: quais as impressões, conceitos e ações que se constituem quando a família considera a instituição? Por outro lado, quais as impressões, conceitos e ações que se produzem quando a instituição considera a família? Quais os movimentos de compreensão ativa e dialógica que são produzidos nestes contatos. (GUIMARÃES, 2012, p. 89)

Reconhecendo assim, a educação como prática social, de ressignificação, de ampliação de repertório, de trocas de vivências e experiências, que oportuniza a criança desenvolver-se integralmente em seus aspectos físico, cognitivo, afetivo, intelectual e social.

OBJETIVO GERAL

Investigar os desafios da comunicação e mediação da informação na inserção dos imigrantes na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis/SC.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Levantar dados sobre a inclusão dos imigrantes na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis;
- b) Verificar os desafios de interação, comunicação e mediação, nas relações interétnicas entre profissionais/crianças/famílias;
- c) Analisar os processos e políticas públicas de inserção dos imigrantes;
- d) Identificar as interações e relações sociais e culturais desenvolvidas;
- e) Investigar atitudes e comportamentos relacionados ao preconceito social como xenofobia e racismo referentes a diversidade cultural e étnico-racial.

REFERENCIAL TEÓRICO

"Um pedacinho de terra, perdido no mar! ...Num pedacinho de terra, Beleza sem par" (BARBOSA, 1965). É assim que a cidade de Florianópolis capital do Estado de Santa Catarina é afetuosamente conhecida. Situada ao sul do Brasil e banhada pelo oceano Atlântico, sua formosura é tamanha que deleita melodias e poesias. Conhecida como ilha da magia é famosa aos arredores do mundo por suas belezas naturais, culturais, artesanais, folclóricas e arquitetura açoriana. Sua composição étnica é marcada historicamente por meados do século XIII, com a chegada de imigrantes colonizadores portugueses açorianos.

Somando esses valores, Florianópolis/SC é um dos destinos mais procurados para o turismo, entretanto, além dessa busca é também território escolhido para migração. Nos últimos anos, vem apresentando crescimento populacional significativo, e parte deste crescimento é marcado pelo recebimento de inúmeros estrangeiros em suas terras, em sua maioria, cidadãos Haitianos e latino-americanos de países vizinhos. Para Gonçalves (2009, p. 24):

A emigração é um fenômeno social que, sob diferentes formas, aparece ao longo da história humana. Embora os migrantes tenham experiências comuns, a própria migração é um fenômeno diverso e complexo. Os migrantes podem ser diferenciados pelo gênero, classe social, etnicidade, pela razão da migração, pela idade, pela forma de migração, pela natureza e influência na economia global.

Ao que se refere a migração, cabe aqui discussões acerca de território, além da delimitação de terra, falar sobre território é compreender que o processo de mudança, no caso da migração, ocasiona diversas modificações na sociedade. Tanto na estrutura de ocupação territorial, como nas relações sociais. SERRANO et al. (2013 p.634) afirma, "O termo território está presente no pensamento de muitas ciências, pois é uma categoria relacionada à produção social e econômica, entre outras, e às possibilidades sociais – de desenvolvimento e de deslocamento, por exemplo".

Consideráveis são os motivos que levam a mudança de território, "O processo de migração, por sua vez, envolve indivíduos que, presentes em determinado território, optam por se deslocar e se firmar em outra localidade, ou seja, se desterritorializam" (SERRANO et al. 2013 p. 637). Entre as variáveis,

pode-se destacar a vontade própria dos indivíduos, bem como decisões impulsionadas por crises e conflitos econômicos e políticos.

Tais decisões estão pautadas na busca de melhor qualidade de vida ou pela sobrevivência e até mesmo manutenção da família que continua no país natal. Desta forma, os processos migratórios, resultam em novas configurações territoriais, em vista disso, uma vez inseridos em outro território suas ações agem sobre o meio, compõem-se de novo grupo e alguns conflitos sociais começam a surgir.

De acordo com o jornal NSC Total publicado em 25 de junho de 2019, Florianópolis é a cidade que mais recebeu imigrantes no estado de Santa Catarina, cerca de 3300 Haitianos e mais de 1400 latino-americanos. A publicação também relata que grande parte desses indivíduos são inscritos no Cadastro Único, criado pelo governo federal brasileiro para programas sociais. Por consequência, considera-se que mais do que apenas receber, é necessário acolher e dar assistência para promover a inclusão desses imigrantes nos diversos segmentos da sociedade, seja na questão de moradia, como a integração ao mercado de trabalho e inserção na educação.

Ainda sobre migração, é proveitoso mencionar que o governo brasileiro possui legislação, a qual dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante. Para saber, de acordo com a Lei 13.4456, de 24 de maio de 2017, estabelece em seu artigo 3º:

X - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante; XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas; (BRASIL, 2017)

Em continuação no artigo 4º parágrafo 10º afirma “direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória”. (BRASIL, 2017)

Assim sendo, ao falar sobre educação pública é significativo referir que no Brasil, o direito à educação aparece primeiramente na Constituição Federal de 1988, sendo direito de todos e dever do estado e da família. Entretanto, foi a partir da criação das Leis Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação (LBD) que os direitos das crianças, no que diz respeito à educação, foram reafirmados assegurados na constituição.

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento (FERREIRA, 2000, p. 184).

Por consequência, a Educação Infantil, deixa de ser espaço de caráter assistencialista, que apenas cuida da criança enquanto a mãe trabalha. Passando a reconhecer a criança como sujeito sócio-histórico e de direitos. Modificando então este cenário, um novo olhar sobre a infância vem se constituindo e novas reflexões se estabelecem, agora com intenções e conceitos de cunho pedagógico, tornando a Educação Infantil, parte da educação básica nacional.

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23).

Acrescentando a Educação Infantil na constituição e reconhecendo sua importância na infância com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade, a Educação Infantil deve ser um espaço que perceba a criança como sujeito principal do planejamento e da proposta pedagógica.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em

uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca (BRASIL, 1998 p.21).

Ainda neste sentido, Guimarães (2012, p.89) menciona “Hoje, é possível entendermos a educação como a possibilidade de investimento na expansão da criança em suas múltiplas dimensões: emocional, sensorial, motora, mental, socioafetiva”.

Ao falar de propostas pedagógicas, essa relação vai além do docente e a criança. É preciso promover propostas que acolham também as famílias como sujeitos ativos e participativos nesse processo educativo.

Dessa forma, a educação infantil necessita de um arranjo organizacional que garanta o atendimento em tempo integral; a organização adequada do espaço físico, de modo que a criança se sinta acolhida e confortável; a realização de um projeto educativo sistemático, intencional, que promova o desenvolvimento físico, afetivo e intelectual e a socialização e o diálogo frequente com as famílias. (KUHLMANN; FERNANDES, 2012, p. 34)

Todavia, a inserção está atrelada às ações pedagógicas desenvolvidas, sendo pertinente pensar e refletir sobre as concepções e prática pedagógica. “A intervenção social que a pedagogia supõe pretende sempre incidir não só sobre os educandos individualmente, mas também sobre a sociedade, seja em que direção for, de forma explícita ou implícita”. (CAMPOS, 2012, p. 14)

Nessa perspectiva, reconhecendo a educação como formação social coletiva é interessante perceber os procedimentos contemplados para essa relação. E tratando especificamente sobre a inclusão dos imigrantes no processo educacional, sobretudo a Educação Infantil e considerando os direitos dos migrantes, mantém-se evidente as reflexões sobre a inserção dos imigrantes na rede municipal de ensino de Florianópolis/ SC.

[...] Que a institucionalização não seja sinônimo de diluição das singularidades e da alteridade, padronização, exclusão do outro, mas oportunidade de abertura para novas formas de funcionamento, ampliação de experiências, construção de cultura e vida. (GUIMARÃES, 2012, p. 99)

O corpo docente e a instituição estão preparados para receber essas crianças e famílias? Do Vale (2012, p.124) afirma “Planejar e organizar previamente a acolhida das famílias torna-se tão importante quanto o planejamento e a organização da inserção das crianças”. Levando em consideração o idioma, costumes e hábitos, qual meio de linguagem, comunicação, informação e entendimento entre as partes envolvidas? Há envolvimento do diálogo e troca de experiências para o distanciamento dos desafios diários? São ofertados formações e cursos de capacitação voltada à inserção dos imigrantes? Neste sentido, pela complexidade desse processo, considera-se ponderável discussões e pesquisas acerca dos desafios da inserção e mediação na prática educativa e de inclusão.

A Educação Infantil é base para o desenvolvimento da criança, desde então, deve passar por momentos de reflexão dos processos e prática pedagógica mediadoras da aprendizagem. “Para se desenvolver, portanto, as crianças precisam aprender com o outro, por meio dos vínculos que estabelece” (BRASIL, 1998, p. 21).

É preciso ter o olhar voltado a essas particularidades, perceber que a socialização deve ser vista como possibilidade de expandir a visão de mundo. É por meio da aproximação das dimensões educacionais e sociais que o desenvolvimento e o processo ensino/aprendizagem sucedem de forma significativa, para isso é necessário que haja entendimento na comunicação e troca de informações sobre os envolvidos.

METODOLOGIA

Para a elaboração da pesquisa os procedimentos metodológicos serão de caráter qualitativo, viabilizando duas formas de pesquisa, empírica e teórica. Pretende-se aprimorar análises por meio de revisões bibliográficas, a fim de fornecer fundamentação teórica para o estudo do tema abordado. Para Gil (2010, p. 29):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa

inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CD's, bem como o material disponibilizado pela internet (GIL, 2010, p. 29).

Além de levantamento de dados por meio de questionário, a ser realizado com o público-alvo da pesquisa, com o propósito de investigar, levantar e coletar informações com base nos objetivos apresentados.

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2010, p.35).

Sendo o público referido, famílias e crianças imigrantes que frequentam as unidades de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis/SC, bem como, profissionais destas unidades que mantêm contato com esses sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Cláudio Alvim. Rancho do amor a ilha. 1968.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; BRISOLA, A. PENSAMENTO REFLEXIVO E GOSTO INFORMACIONAL: disposições para competência crítica em informação. João Pessoa: v.27, n.1, 2017 p. 7-16

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998^a. 3v.:il

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.445%2C%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE,Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.,pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20para%20o%20emigrante>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

CAMPOS, Maria. Malta. Infância como construção social: contribuições do campo da Pedagogia. In: VAZ. Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Org). Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. p. 11-20

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

DO VALE, Isabel Cristina de Oliveira. Educação Infantil: um olhar para a inserção. In: COUTINHO. Angela Scalabrin; DAY. Giseli; WIGGERS. Verena (Org). Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional. São Leopoldo: Oikos; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. p. 117-127

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). Os fazeres na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL. Antônio Carlos, 1946 – Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

KUHLMANN, Moysés Jr; FERNANDES, Fabiana Silva. Infância: construção social e histórica. In: VAZ. Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Org). Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. p. 21-38

GONÇALVES, Ortelinda, Migrações e Desenvolvimento. CEPES, Fronteira do Caos Editores Lda, e Autora, 1^a Edição, 2009

GUIMARÃES, Daniela. Educação Infantil: espaços e experiências. In: CORSINO, Patrícia. (Org.). Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. p. 89-99.

_____. A relação com as famílias na Educação Infantil: o desafio da alteridade e do diálogo. In: VAZ. Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Org). Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. p. 88-99

PASSOS, Joana Célia dos. A educação para as relações étnico-raciais como política pública na Educação Infantil. In: VAZ, Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Org). Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. p. 103-119

SERRANO, Agnes de França et. al. In: BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio (Org). Brasil em desenvolvimento 2013 : estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Ipea, 2013. p.636-652 Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3940/1/Livro-Brasil_em_desenvolvimento_2013_v_3.pdf Acesso em: 04 de Junho de 2020

SPAUTZ, Dagmara. Santa Catarina tem 5,7 mil imigrantes no cadastro de programas sociais. NSC Total. Florianópolis, 25 de Jun. de 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/santa-catarina-tem-57-mil-imigrantes-no-cadastro-de-programas-sociais>. Acesso em: 17 de Maio de 2020.